

Um estudo sobre a relação entre filosofia cética e criação ensaística em Michel de Montaigne

Katarina Maurer Wolter

PUC-RJ

katarinawolter@hotmail.com

resumo Este artigo tem como objetivo tratar dos *Ensaíos* de Michel de Montaigne a partir de uma perspectiva que leve em conta a íntima relação entre o pensamento filosófico e a sua expressão literária. Parte-se da suspeita de que há, na própria criação ensaística, um conteúdo filosófico cético, que é próprio deste autor. Neste sentido, o ensaio como gênero literário já não seria apenas o exercício livre do pensamento, mas constituiria a forma que exprime, da melhor maneira possível, os efeitos causados pela “crise pirrônica” e, em especial, a constatação filosófica do caráter relativo do conhecimento humano.

palavras-chaves Michel de Montaigne; Renascimento; Ceticismo; Pirronismo; Ensaio

Este artigo pretende abordar o conteúdo cético da escritura dos *Ensaíos* de Michel de Montaigne. De maneira geral, parte-se do pressuposto de que a expressão escrita do pensamento filosófico, seja ela qual for, traz consigo um conteúdo próprio. O conhecimento não apresenta a realidade tal como ela é, de maneira absolutamente neutra, mas a representa, ou seja, refere-se à mesma a partir de uma perspectiva determinada, imbuída de certos valores. De acordo com a visão de Nelson Goodman, que rejeita a possibilidade de um olhar inocente, a característica formal de uma obra filosófica não seria incidental, na medida em que exprime certo “sentido de vida” de quem a utiliza (GOODMAN, 1978). A composição discursiva, longe de seguir o pensamento como mera sombra, é, em si mesma, conteúdo, pois apresenta o mundo de acordo com a sua sensibilidade específica. Diálogos, confissões, discursos, ou

Recebido em 12 de junho de 2007. Aceito em 06 de agosto de 2007.

doispontos, Curitiba, São Carlos, vol. 4, n. 2, p.159-170, outubro, 2007

tratados constituem escolhas ou tipos distintos de “construções de versões de mundo” – conscientes ou inconscientes – que geram implicações ideológicas particulares.

Dito isto, pretende-se pensar o ensaio como gênero dotado de um conteúdo filosófico cético, ou seja, como uma forma literária que é marcada por traços que não se esgotam apenas na idéia de experimentação. Para tratar desta questão, nada melhor que examinar a criação dos primeiros ensaios propriamente ditos, ou seja, os *Ensaio*s de Montaigne. A originalidade filosófica destes – ou seja, a desconfiança das generalizações, a afirmação da condição flutuante do julgamento humano e a limitação da atividade de conhecimento ao âmbito de seu próprio “eu” – é acompanhada por inovações também no plano formal, marcado pelo caráter desordenado, experimental e inacabado. Como será visto logo mais adiante, tais novidades estão intimamente vinculadas à chamada “crise pirrônica” por ele sofrida.

Mas se a criação do gênero ensaístico está relacionada à interpretação cética deste autor, torna-se importante investigar a apropriação que Montaigne fez destes argumentos. Ou seja, de que ceticismo estaríamos aqui falando?

Quando se discute o ceticismo em Montaigne, se destaca em geral a *Apologia a Raymond Sebond* como o ensaio ou o capítulo cético por excelência. De fato, é aqui que ele trata de forma mais “sistemática” possível os argumentos céticos derivados sobretudo da leitura das *Hipotiposes Pirrônicas* de Sexto Empírico. A proximidade com este cético é na *Apologia* tão grande que, ainda que não o cite expressamente, Montaigne se apropria da famosa passagem das *Hipotiposes*, em que a filosofia é dividida em três ramos distintos: aqueles que afirmam ter encontrado a verdade (dogmáticos), aqueles que afirmam ser impossível encontrar a verdade (acadêmicos) e, finalmente, os céticos pirrônicos, que são aqueles que seguem duvidando, optando, assim, pela continuação da investigação.

A *Apologia* é considerada o principal ensaio cético e também filosófico de Montaigne, porque é aí que ele vai expor de maneira mais direta a falibilidade humana, o eterno desacordo entre as filosofias e a inaptidão do julgamento para inclinar-se para uma solução em vez de outra. Como diz o próprio, “todas as coisas produzidas por nossa própria razão e capacidade, tanto as verdadeiras como as falsas, estão sujeitas a incerteza e a debate” (MONTAIGNE, 2000, II, 12, p. 330).

Para além da discussão religiosa, este capítulo afirma, talvez mais do que qualquer outro, a forte conexão entre Michel de Montaigne e os principais temas do ceticismo clássico, pois é nele que o autor estabelece uma série de limites às pretensões de conhecimento racional e supostamente infalível em torno do mundo natural e moral. A esperança científica depositada na imparcialidade da razão humana é ridicularizada, já que, para ele, a razão não é mais que “um instrumento de chumbo e de cera, alongável, dobrável e adaptável a todas as perspectivas e a todas as medidas” (MONTAIGNE, 2000, II, 12, p. 349). Os conteúdos racionais não passam de quimeras e consistem na tentativa de dar a uma determinada crença ou opinião a aparência de verdade. Para Montaigne, toda impressão de certeza é “um atestado certo de loucura e de extrema incerteza” (MONTAIGNE, 2000, II, 12, p. 312), pois os sentidos, fundamento de todo conhecimento humano, estão sujeitos à instabilidade e à insegurança.

Enfim, ainda que na *Apologia* os argumentos céticos estejam expostos da maneira mais “doutrinária” possível, servindo como fundamento para a afirmação da condição humana vacilante, é preciso reconhecer que os comentários são por ele utilizados de maneira bastante arbitrária. Isto porque Montaigne faz com a leitura dos céticos o mesmo que faz com a leitura de toda a filosofia, ou seja, busca e seleciona aquilo que lhe agrada, combinando partes e formando um ceticismo pessoal, que não é a cópia exata nem de Sexto Empírico e menos ainda de Cícero.

Deste modo, ele realiza a recomendação presente em *Da Educação das crianças*, ao não apenas “regurgitar” ou repetir o ceticismo, mas ao “digeri-lo”, transformando sua característica e sua forma em algo singular e pessoal. Isto significa que Montaigne alimenta-se em diferentes fontes céticas, mas não deixa de produzir o seu próprio ponto de vista.

Deixando de lado a *Apologia*, é preciso chamar a atenção para a atitude cética de Montaigne que permeia toda a escritura dos *Ensaíos*. Desta maneira, pode-se dizer que a ênfase na condição oscilante, marcada pela incerteza e pela recomendação da prudência intelectual, está presente já nos primeiros escritos de Montaigne. Se na *Apologia* já é difícil identificar um tratamento sistemático do ceticismo, tomando a sua obra como um todo, tal tarefa torna-se ainda mais complicada. Isto porque a sua perspectiva cética não constitui uma doutrina, já que não é evocada como uma

corrente filosófica, cujos argumentos são expostos de maneira exaustiva a fim de servir na defesa de uma tese específica.

Trata-se muito mais de um temperamento cético abrangente que foi, em grande medida, estimulado pela própria educação que recebera. Durante os anos de estudo no *Collège de la Flèche*, Montaigne teria aprendido a argumentar e a defender distintos pontos de vista sobre um mesmo tema. Este hábito de abordar os mais variados assuntos a partir de diferentes perspectivas o teria acostumado a duvidar e questionar qualquer tipo de afirmação (SCHIFFMAN, 1993). Assim, é comum que o autor inicie um ensaio defendendo um ponto de vista e o termine valorizando seu contrário. Na *Apologia*, ele diz não fazer mais que ir e vir. Segundo ele próprio, o seu julgamento nem sempre caminha para a frente; ele flutua, vagueia (MONTAIGNE, 2000, II, 12, p. 350).

Duvidar na época de Montaigne, época esta marcada pela descrença generalizada na autoridade tradicional, era, aliás, quase que um hábito natural e cotidiano. As diferentes crises políticas, religiosas e científicas da segunda metade do século XVI punham em questão o saber tradicional como um todo e faziam com que a experiência fosse vista como a única garantia possível para o conhecimento. Mas, para Montaigne, ainda que novas teorias surgissem, com o fim de superar as falhas das mais antigas, não havia razões para crer que essas não seriam posteriormente substituídas por outras mais novas. Assim, a disputa que opunha antigas e novas formas de explicação do mundo só reafirmava o eterno desacordo entre as filosofias, a constatação cética *daisosthenéa* e a inefável diversidade que caracteriza o estar do ser humano no mundo.

Além disso, a afirmação do fluxo como lei que rege o mundo em que vivemos faria Montaigne duvidar de qualquer coisa tão constante e eterna como o absolutismo da verdade dogmática (FRAME, 1969, p. 25). A visão de mundo dominante nos *Ensaíos* seria, portanto, heraclitiana, ou seja, de ênfase no sentido cambiante e móvel do mundo. Nas palavras dele: “O mundo não é mais que um perene movimento. Nele todas as coisas se movem sem cessar: a terra, os rochedos do Cáucaso, as pirâmides do Egito, e tanto com o movimento geral como com o seu particular. A própria constância não é outra coisa senão um movimento mais lânguido” (MONTAIGNE, 2001, III, 2, p. 27).

Como nada é estável, a verdade em Montaigne tampouco é rígida e imutável. Não há uma verdade apenas, mas uma legião de princípios e sistemas que podem ser considerados verídicos, segundo o ponto de vista em que se coloca o observador. A verdade é prismática, multiforme, multicolorida e não pode ser apreendida da mesma maneira e a partir do mesmo matiz luminoso por dois olhares diferentes (ou pelo mesmo olhar em momentos diferentes). Uma lei sempre encontra uma outra que lhe é oposta e um sistema filosófico um outro que lhe refuta. Por mais que se esforcem, os homens nunca estarão totalmente de acordo; ao contrário, vacilam continuamente e vagueiam entre doutrinas equívocas e práticas antagônicas. O julgamento, por ser demasiado inseguro, não é capaz de nos revelar o verdadeiro ou o falso. Em consequência, não há porque confiar nos sentidos nem na razão e o melhor que se pode fazer é permanecer impassível, sem tomar partido por isto ou aquilo. Tomando as suas palavras, “que doença irritante, a de se acreditar tão forte a ponto de convencer-se de que não é possível acreditar no contrário!” (MONTAIGNE, 2000, I, 56, p. 477).

Está, portanto, aí a declaração expressa da sua crise pirrônica. Mas, ainda que Montaigne diga ser preferível permanecer impassível e sem opinião, não é bem isso o que ocorre nos *Ensaíos*. A apropriação que ele faz da filosofia cética é original não só pelo ceticismo não constituir uma doutrina ou um sistema filosófico, mas também pelo fato de Montaigne assumir uma versão insular de ceticismo. A dúvida, restrita ao âmbito do *logos*, não o impede de assumir posições na vida prática. Assim, a chamada “crise pirrônica” não desautoriza, por exemplo, a sua avaliação da crueldade como o pior dos vícios possíveis. Os *Ensaíos* são de fato recheados de julgamentos, mas isto não significa que eles sejam definitivos ou que haja a defesa de um teor verídico, universal e a-histórico dos mesmos. No capítulo intitulado *Dos Canibais*, tão querido pelos antropólogos e relativistas em geral, Montaigne brinca com os conceitos de civilização e barbárie utilizados pelos europeus na sua distinção em relação aos índios canibais, e os inverte, fazendo assim notar o caráter relativo dos mesmos.

Em suma, Montaigne julga a todo tempo, pois o julgamento é “um instrumento para todos os assuntos e se imiscui por toda parte” (MONTAIGNE, 2000, I, 50, p. 448). Os próprios *Ensaíos* são vistos por

ele como exercícios de sua faculdade de julgamento: “Se é um assunto de que nada entendo, por isso mesmo ensaio-o, sondando o vau de bem longe; e depois, achando-o fundo demais para minha estatura, mantenho-me na margem.” (MONTAIGNE, 2000, I, 50, p. 448).

Vale notar que a palavra “*essai*”, além de significar tentativa ou exercício em francês, deriva do termo em latim “*exagium*”, que, por sua vez, remete à imagem da balança, ao significar a consideração de distintos pontos de vista sobre um determinado assunto. Ensaiar é a expor sua apreensão tateante e apresentar suas hesitantes opiniões e julgamentos. O ensaio consiste aqui em exercícios, que são acompanhados pelo reconhecimento dos limites intelectuais humanos e da freqüente impossibilidade de se *passar para o outro lado*.

Mas a constatação da *miseria hominis*, em oposição à visão renascentista de ênfase na dignidade humana, e da nossa incapacidade para superar verdades particulares não é acompanhada por um tom de lamento ou por uma inatividade no sentido intelectual. Ao contrário da resposta acadêmica, que afirma a impossibilidade do conhecimento, Montaigne prefere, como o cético pirrônico, seguir investigando. Basta saber que há limites que as faculdades humanas são capazes de ultrapassar e que é preciso aprender a conviver com a condição de que “homem só pode ser o que é, e imaginar de acordo com sua medida.” (MONTAIGNE, 2000, II, 12, p. 278). O conhecimento volta, portanto, a ser possível quando restrito às suas capacidades e quando consciente de sua relatividade.

Na medida em que Montaigne restringe o objeto de conhecimento ao homem particular – neste caso ele mesmo –, o saber se realiza na observação descritiva do ser humano. Suas investigações, a princípio não relacionadas ao seu “eu”, acabam servindo como janelas para a sua interioridade, já que pensar questões filosóficas e exercitar a sua faculdade de julgamento são também maneiras de pensar-se-a-si-mesmo. Ao assumir o “eu” como tema central de suas investigações, ele declara definitivamente a sua originalidade e independência intelectual: “Estudo a mim mais do que a outro assunto. Essa é minha metafísica, essa é minha física.” (MONTAIGNE, 2000, III, 13, p. 434).

O ensaio, portanto, já não é mais apenas um exercício, um “*coup d’essai*”. Ele converte-se em pintura do “eu” de Montaigne e em nada além de um registro de sua vida e suas experiências: “Enfim, toda essa

miscelânea que vou gratujando aqui não é mais que um registro dos ensaios de minha vida.” (MONTAIGNE, 2001, III, 13, p. 444).

* * *

É preciso, no entanto, chamar a atenção para o fato de que o auto-retrato montaigneano não se pretende heróico, mas tão somente sincero: “Quero que me vejam aqui em minha maneira simples, natural e habitual, sem apuro e artifício: pois é a mim que pinto. Nele meus defeitos serão lidos ao vivo, e minha maneira natural, tanto quanto o respeito público mo permitiu.” (MONTAIGNE, 2000, I, Ao leitor, p. 4).

A forma natural é privilegiada não apenas em relação à vida e ao retrato de seu “eu”, mas também no que concerne à escrita. Assim como no agir, também no dizer sigo muito simplesmente minha forma natural; talvez seja por isso que posso mais ao falar do que ao escrever. A singularidade de suas sensações, opiniões e experiências não pode ser expressa senão a partir de uma escrita pessoal¹ e natural, ou seja, isenta do excesso de ornamentação. Nesta tentativa de “naturalizar” a arte, Montaigne se opõe claramente ao pedantismo literário e ao maneirismo dos poetas de seu tempo. A frase montaigneana brota do interior de seu autor e, ao revelar os contornos vívidos do “ser”, segue um ritmo fluido, *soupple, brisé et nonchalante*. A linguagem usada por Montaigne está sempre remetida ao vocabulário, às experiências e às imagens da vida cotidiana. A concretude de seu pensamento se realiza em grande medida a partir do privilégio dado aos fatos, em detrimento da pura abstração lingüística: “Quero que as coisas predominem, e que invadam de tal forma a imaginação de quem escuta que ele não tenha a menor lembrança das palavras.” (MONTAIGNE, 2000, I, 26, p. 256).

Ainda que a proposta de auto-estudo de Montaigne não seja tão original, ela talvez tenha sido a menos normativa de todas: “Não está aqui minha doutrina, e sim o estudo de mim mesmo; e não é a lição de outrem e sim a minha própria” (MONTAIGNE, 2000, II, 6, p. 69). A observação do real (e também de si mesmo) deve, portanto, se dar isenta de normatividade, pois a vida como ela é será sempre mais rica do que qualquer idealização acerca de como deveria ser. Assim, a fim de narrar o

“eu” da maneira mais fiel possível, é preciso narrá-lo não de forma abstrata ou acabada, mas em seus instantes sucessivos, pois a vida, assim como o mundo, consiste em ação e movimento. É preciso acompanhar esse “mover-se de bêbado, entontecido, informe, ou de juncos, que o vento maneja ao acaso, como quer” (MONTAIGNE, 2001, III, 9, p. 268).

O que surge, então, com os ensaios montaigneanos não é um autorretrato linear e acabado do autor, mas intermináveis rascunhos e aproximações de si mesmo. O desejo de apreensão de sua identidade nunca se realiza completamente, pois ela se dá inevitavelmente a partir da imposição de uma certa unidade e constância a algo que é móvel e cambiante. Se recordarmos a *Apologia*, lembramos do aviso de Montaigne de que não temos nenhuma comunicação com o ser, “porque toda a natureza está sempre no meio entre o nascer e o morrer, cedendo de si apenas uma obscura aparência e sombra e uma opinião incerta e frágil” (MONTAIGNE, 2000, II, 12, p. 403). Tentar apreender o “eu”, assim como a essência de todas as coisas é como tentar agarrar a água, que escoar por todas as partes e escapa inevitavelmente por entre os dedos.

Em *Da presunção*, Montaigne expressa o desejo de realizar um autorretrato através da escrita e apresenta aquele que seria o seu maior estigma: a irresolução – “Assim, não quero esquecer também este estigma, muito inadequado para apresentar em público: é a irresolução, defeito muito incômodo para a negociação dos assuntos do mundo. Não sei tomar partido nas iniciativas duvidosas” (MONTAIGNE, 2000, II, 17, p. 482). A constatação do caráter irresoluto de seu espírito acaba, enfim, transparecendo na liberdade formal da obra montaigneana, que parece obedecer muito mais aos estados de humor do seu autor, que a qualquer tipo de ordem silogística característica da estrutura tratadística. É bastante comum, por exemplo, que ele inicie um ensaio abordando um tema e se perca em divagações que aparentemente nada tinham a ver com o assunto original. Ou seja, os ensaios parecem seguir muito mais os processos associativos que se dão em sua mente do que um princípio externo ordenador.

Não há, pois, nenhum tipo de princípio, seja ele cronológico ou temático, que defina a apresentação de seus capítulos. Basta dar uma olhada no índice de sua obra para notar a liberdade com que ele organiza as suas discussões. No primeiro livro, por exemplo, a variedade de temas abordados é tão grande, que vai desde discussões filosóficas sobre a

incerteza de nosso julgamento, a solidão e a amizade, até comentários sobre cheiros, corcéis, o hábito de vestir-se e de dormir. Mesmo num único ensaio é possível notar o caráter casual presente no diálogo entre reflexões filosóficas profundas e assuntos dos mais ordinários.

Tal desordem formal é ainda mais patente diante da evidência de contradições inconciliáveis. Citarei apenas uma, que é bastante conhecida: enquanto no vigésimo ensaio do primeiro livro Montaigne afirma que filosofar é aprender a morrer, no terceiro livro ele diz não haver ciência mais árdua como a de saber viver bem e naturalmente a vida. Ainda que tenha feito inúmeras revisões de seus escritos, Montaigne faz questão de, segundo ele próprio, não apagar idéias: “Acrescento, mas não corrijo” (MONTAIGNE, 2001, III, 9, p. 267). Isto porque as contradições e ambigüidades fariam parte dos exercícios de seu julgamento e, portanto, devem ser preservadas. Do contrário, ele não estaria sendo fiel a si mesmo na realização de seu retrato.

Além disso, é apenas desta maneira que ele é capaz de expor que seja uma pequena parte da grande diversidade de opiniões. Como na forma dialógica platônica, Montaigne gosta de desenvolver reflexões a partir da exposição de inúmeros e distintos pontos de vista. No entanto, tal variedade de opiniões não é encarnada em distintos personagens. Nos *Ensaíes*, as várias vozes e opiniões saem da sua própria boca.

Vale ressaltar que não há evolução no pensamento montaigneano e tampouco um método dialético propriamente dito, pois não há uma direção definida a ser seguida pelo pensamento em busca do estabelecimento de verdades superiores. O próprio Montaigne reconhece este aspecto desordenado e original de sua obra: “O que são estes [ensaíes] também, na verdade, senão grotescos corpos monstruosos, remendados com membros diversos, sem forma determinada, não tendo ordem, nexos nem proporção além da causalidade?” (MONTAIGNE, 2000, I, 28, p. 274).

A rejeição da totalidade e a idéia montaigneana da mudança constante de perspectiva do sujeito forçam uma forma literária fragmentada. Os *Ensaíes* são antes rascunhos, um mosaico produzido a partir da colagem de discussões sobre uma pluralidade infindável de temas, que está sempre aberta a novas revisões e contribuições. É da ausência de um lugar de chegada e dessa impossibilidade intelectual humana de alcançar qualquer tipo de verdades eternas e absolutas, e mesmo da incapacidade de apre-

der o seu próprio “eu” de maneira definitiva, que resulta o caráter interminável do projeto de Montaigne.

O mundo em suas transformações constantes, o caráter antinômico da vida e a complexidade do ser humano impedem uma expressão escrita demasiado regrada e determinada, que insista em unificar a pluralidade inerente ao ser humano e ao mundo. A forma livre do ensaio escrito por Montaigne sugere a idéia de um passeio, onde a própria caminhada é mais importante que a chegada a algum lugar definido: “Não o empreendo nem para voltar dele nem para completá-lo; pretendo apenas movimentar-me, enquanto o movimento me apraz” (MONTAIGNE, 2001, III, 9, p. 289). É o exercício do julgamento e a filosofia posta na prática que o interessa.

Os *Ensaíos*, em suma, não pretendem ser reflexões a-históricas e imunes ao tempo. Eles são, ao contrário, o produto singular das leituras e meditações deste nobre francês na solidão da biblioteca de seu castelo. A própria preferência da língua francesa, em detrimento da latina, como meio de expressão de suas meditações, conotaria o caráter assumidamente efêmero dos *Ensaíos*. O latim é uma língua demasiado estática e eterna para expressar o movimento do pensamento montaigneano, que, segundo Hugo Friedrich, só seria concebível no interior de uma língua fluida, como a da França renascentista (FRIEDRICH, 1993).

Desta maneira, os *Ensaíos* se opõem à idéia de que tudo o que é transitório e efêmero não é interessante à filosofia, porque em Montaigne o que é produzido historicamente, ou seja, a vivência da experiência humana adquire valor de conhecimento.

* * *

Ainda que o lugar privilegiado de sua individualidade já estivesse assegurado no momento em que Montaigne decide retirar-se para escrever os *Ensaíos*, é preciso reconhecer que a idéia dos mesmos como pintura do seu próprio “eu” não estava clara desde o início. Isto porque o apelo ao eu não se dá pela vontade de deixar à humanidade os seus ensinamentos, nem pela busca da redenção divina e tampouco pelo desejo de encontrar na sua própria interioridade a fonte da verdade universal e o núcleo

primitivo da certeza. Os *Ensaíos* não são propriamente autobiográficos, neste sentido, pois o objetivo primordial não era tanto falar de si, mas sim, fazer os exercícios de seu julgamento, dando, assim, o rdem às quimeras que o assaltavam e consolando-o diante da dor da perda de seu principal interlocutor, o seu amigo Etienne de la Boétie. A virada para o seu próprio interior é antes o resultado do reconhecimento da ignorância humana e da inexistência de um saber definitivo e universal, ou seja, da constatação do caráter relativo do conhecimento humano. O falar de si não é o ponto de partida dos *Ensaíos* e o retrato de seu próprio eu se constitui, assim, como um processo de revelação, que vai se dando aos poucos e que é, em tese, infinito.

A partir da leitura dos *Ensaíos*, pode-se perceber que o dualismo que opõe ciência e arte é insuficiente para pensar o lugar que tal forma literária assume na filosofia de Montaigne. O ensaio consiste aqui na arte da suspeita, na medida em que faz da indagação experimental a sua marca fundamental. Ensaíar é tatear o território do conhecimento, sabendo que não há rumo fixo ou caminho seguro em direção à certeza. A ênfase na subjetividade epistemológica serve aqui não como apelo a uma intuição universal que garantiria o conhecimento definitivo (como em Descartes), mas é tão somente produto do reconhecimento de que a nossa compreensão é circunstanciada e sujeita a limites derivados não apenas do mundo externo, mas da própria condição humana. Neste sentido, os *Ensaíos* não são apenas a expressão literária da filosofia de Montaigne; ao converterem-se em *pintura do eu*, eles fazem parte fundamental da sua concepção de filosofia pessoal e constituem o próprio retrato do ceticismo montaigneano.

¹ O amadurecimento em direção a uma escrita mais pessoal pode ser comprovado, de acordo com Floyd Gray, a partir da análise do lugar que as citações ocupam em seu texto. Ao contrário do que ocorre no Livro I, onde as reflexões parecem ser geradas a partir de citações transcritas logo no início do capítulo, no livro III os empréstimos tomados de pensamentos alheios se encontram ao longo do texto e raramente no início. Passam a servir, neste sentido, mais para ilustrar e corroborar certas reflexões pessoais do próprio autor, que para gerá-las. Ver GRAY, F. 1958.

Referências bibliográficas

FRAME, D. 1969. *Montaigne's Essays: A Study*. New Jersey: Prentice-Hall International.

FRIEDRICH, H. 1993. *Montaigne*. Tübingen und Basel: Francke Verlag.

GOODMAN, N. 1978. *Ways of Worldmaking*. Hassocks: Harvester.

GRAY, F. 1958. *Le Style de Montaigne*. Paris: Librairie Nizet.

MONTAIGNE, M de. 2001. *Os Ensaios*. Livros I e II. São Paulo: Martins Fontes.

_____ 2002. *Os Ensaios*. Livro III. São Paulo: Martins Fontes.

SCHIFFMAN, Z. 1993. "Montaigne and the Rise of Skepticism in Early Modern Europe: a Reappraisal". In: *Renaissance Essays*. Vol. II, ed. William J. Connell. Rochester, New York: University of Rochester Press.

SEXTUS EMPIRICUS. 1990. *Outlines of Pyrrhonism*. Tradução de R. G. Bury. New York: Prometheus Books.